

AS PUBLICAÇÕES EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE DISPONÍVEIS NA BASE DE DADOS SCIELO

Rogério Gomes¹

Resumo: Este trabalho visa apresentar o estudo das publicações latino-americanas e do caribe entorno a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN que estão disponíveis na base de dados SciELO. O trabalho é decorrência de reflexões e debates sobre o processo histórico latino-americano e do caribe, e mais especificamente das preocupações sobre a fome e alimentação. A metodologia utilizada foi toda virtual sendo os dados coletados na base SciELO até setembro de 2015, com apoio do site AcervoSAN enquanto repositório de publicações também no campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Para facilitar a pesquisa nas publicações referentes ao tema SAN foram utilizadas palavras-chave em três idiomas, português, inglês e espanhol. Contudo, consideramos este trabalho um percorrido histórico de identificação das produções científicas na região e também constata preocupações comuns no assunto.

Palavras-chaves: Fome-alimentação; Produção científica; Segurança alimentar e nutricional; SciELO; América Latina e Caribe.

Introdução

Este artigo tem por objetivo principal a de identificar as publicações referentes a temáticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos países da América Latina e os subtemas mais frequentes nessas publicações compreendidas entre 1997 e até setembro de 2015. Esse trabalho parte como resultado parcial do projeto de extensão “Acervo-SAN”, na Universidade Federal de Integração Latino-americana que tive a oportunidade de participar, e utiliza-los para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso “A Produção Científica em SAN nos Periódicos Latino-Americanos da Base de dados SciELO”.

O propósito de identificar a quantidade de publicações realizadas para e por cada país latino-americano e caribenho estabelece no reconhecimento do tema de SAN no debate da alimentação e da fome. Portanto, apontar os subtemas pelo que estão compreendidas essas publicações abre ao dinamismo entre áreas científicas que tratam SAN.

O espaço virtual de SciELO é relevante porque compõe diversas revistas que incorpora numerosas publicações no tema de SAN. Dentro da área de SAN contem subtemas que através da pesquisa na base de dados SciELO nos ajuda a identificar o que mais se tem de pesquisa nos países latino-americanos e caribenhos. Analisamos as publicações em três idiomas, são eles o português, espanhol e o inglês, para depois serem classificados segundo as temáticas (pelo título, palavras chaves ou mesmo pelo resumo).

Se considera relevante fazer este mapeamento de publicações como aproximação a temática e problema regional, e também para averiguar o que se vem pesquisando sobre SAN e nas variadas áreas de pesquisa científica, e realçar a geografia como área pioneira no espaço da alimentação. Para facilitar a compreensão é necessário fazer a

¹ Mestrando em Geografia no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – IPPRI. Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho'. UNESP

contextualização do termo SAN para prosseguimento com a apresentação dos dados obtidos e as interpretações postadas no decorrer do trabalho.

Contexto ao debate do problema da fome e da SAN

As questões que se referem a problemáticas ligadas à fome sempre foram uma das diversas preocupações da humanidade. Estudos nos mostram que tanto no passado quanto no presente esse é um problema que atinge pessoas de todo mundo (HIRAI, 2011). Abramovay (1991), refere-se a fome como um fenômeno quantitativo, ela é a inabilidade de se ter alimentação diária, ou seja, ter alimentos disponíveis para que se possa fornecer um total calórico relativo ao desgaste energético desempenhado pela ocupação do organismo.

A fome é a primeira das calamidades que assolam a humanidade. Sua consequência é a morte mais miserável de todas, a fome provoca um suplício lento, dores prolongadas, um mal que habita e se esconde no interior da gente, uma morte sempre presente e sempre lenta a chegar (CHONCHOL, 1987, p. 7).

Segundo Chonchol (1987) em seu livro “O desafio alimentar: a fome no mundo” a fome está presente desde que os camponeses eram a maioria da população mundial, sendo que a relação entre os humanos e os recursos alimentares quase sempre esteve comprometida. Em vários lugares no mundo ocorreram surtos de fome ao longo da história e problemas como secas, inundações, mudanças climáticas, gelos, chuva em excesso, tufões, tremores de terra, ataques de predadores como gafanhotos, ratos e outros parasitas, fizeram a destruição de colheitas de leguminosas na Irlanda no ano de 1845 a 1847, e também houve problemas de ordem social como as guerras de 1914 e 1945, a baixa produtividade agrícola contribuíram de forma significativa para que a fome aumentasse na humanidade (ABRAMOVAY, 1991).

A pouca ingestão de alimentos, leva a consequência de ter a desnutrição, ou outras variações do estado nutricional, ou seja, o indivíduo que não se alimenta tem uma carência alimentar e por sua vez a carência nutricional. Não tendo os nutrientes necessários o corpo pode apresentar uma série de doenças como diarreia, pneumonia, anorexia, entre outras considerando os sintomas de cansaço, falta de concentração, depressão entre outros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Sawaya (2006) traz em seu artigo números de mortes relacionadas a crianças menores de 5 anos, nesse caso sendo a desnutrição responsável por 55% das mortes de crianças no mundo inteiro. Diversos problemas ligados à alimentação e fome são responsáveis pelas mortes das crianças como por exemplo a introdução tardia de alimentos complementares, alimentos em quantidades e qualidades inadequadas, nutrição materna insuficiente, falta de aleitamento materno até seis meses, condições inadequadas de moradia, etc.

A fome num país como o Brasil de dimensões continentais, rico em suas fontes naturais, minerais, hídricas, seus ecossistemas, sua biodiversidade, condições climáticas, fronteiras agrícolas, é abordar a questão da terra, da agricultura, das opções de desenvolvimento, é reconhecer que a fome, mesmo em diferentes períodos históricos e de desenvolvimento do país, é produzida, reproduzida e mantida por um contexto político, econômico e social (ROCHA, 2012, p. 22).

Em diversos lugares e diferentes momentos de nossa história podemos identificar que a fome é um problema social, político e econômico. Passando por vários

governos, acontecimentos importantes ocorreram, como o regime militar na década de 50 e o período pós golpe militar em 1964, o anseio pela abertura democrática em 1986 e a inserção do modelo neoliberal, a reforma do estado brasileiro em 1992, e a pobreza somente aumentava porque havia uma supremacia dos direitos econômicos sobre os direitos sociais (ROCHA, 2012). Mesmo nessas contradições, pensadores e estudiosos dedicaram boa parte de sua vida para entender e combater o fenômeno da fome que é uma das calamidades que assolam a humanidade, e é considerada por muitos a morte mais miserável de todas.

Josué de Castro é um dos mais importantes pensadores sobre o tema da fome no Brasil, e também escreveu livros fundamentais e estudos científicos sobre o tema. Um de seus livros a “Geografia da Fome” (1946), analisa a fome e a desnutrição no Brasil. O autor apresenta a fome como um fenômeno social generalizado, e também, coletivo que é distribuído por todos espaços do planeta. Esta obra, mostra que sua pesquisa é bem mais ampla. A partir dessa ideia, mais tarde lança a “Geopolítica da Fome” (1951), que leva essa discussão a uma escala internacional.

Josué de Castro também participou ativamente na formulação da política nutricional, entre 1930 e 1940, onde através de seus estudos identificou a fome como categoria de calamidade coletiva entre Nordeste e Amazônia. A partir de 1940 tivemos diversas instituições no Brasil com referências à área da alimentação, como exemplos a Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA), em 1940; Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), em 1943; o Instituto Técnico de Alimentação (ITA), em 1944; a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1945; e o Instituto Nacional de Nutrição (INN), em 1946, (MAGALHÃES, 1997).

Segundo Magalhães (1997) a SBA, o STAN e o INN tinham como propósito comum a promoção do crescimento científico da nutrição, a formação de recursos humanos e o levantamento do estado nutricional da população, além de formular algumas propostas para uma política nacional de alimentação.

Em 1951 tivemos o escritório das Organizações das Nações Unidas para Agricultura (FAO) no Brasil, onde o tema da fome passou a ser reconhecido pela primeira vez como um problema enraizado no próprio modelo econômico. Durante a ditadura militar a palavra fome foi proibida em documentos oficiais e Josué de Castro teve que ser exilado na França, onde faleceu em 1973. A ditadura militar foi um retrocesso geral em todos os setores inclusive no combate à pobreza e à fome (ROCHA, 2012).

No governo de Ernesto Geisel recupera a visão da fome como um problema social e econômico e se concretiza o segundo PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição em 1976, e logo após muitos outros programas de alimentação e nutrição, surge o PAP – Programa de Abastecimento Popular, que era um programa que visava chegar até as periferias para atingir a fome das populações mais pobres (ROCHA, 2012).

No governo Sarney (1985-1990), através do Ministério da Agricultura foi incorporado o conceito de Segurança Alimentar e a FAO já fazia discussões mais amplas envolvendo questões econômicas, políticas e sociais. Neste período a qualidade das políticas e a produção de alimentos ia cada vez mais adquirindo propostas.

A FAO, no início da década de 80, apresentou um outro conceito de Segurança Alimentar reforçado pela “oferta adequada de alimentos, estabilidade da oferta e dos

mercados de alimentos e a segurança no acesso aos alimentos ofertados” (MANIGLIA, 2009, p. 126). Nesse sentido deu-se a entender que o problema da fome e desnutrição estava na distribuição de alimentos e não mais era um problema somente relacionado à produção como muito se debateu nos anos anteriores. As mulheres, os idosos, as crianças, os indígenas, quilombolas e as populações negras eram as mais afetadas.

Belik (2003), traz que o conceito de segurança alimentar teve mais impacto a partir da 2ª Guerra Mundial, pois mais da metade da Europa estava completamente destruída e não havia nenhuma perspectiva em produzir seu próprio alimento. Portanto esse conceito leva em conta a qualidade, quantidade, regularidade e acesso aos alimentos. Porém, Burity et al (2010 p. 11-12) reforça que ao término da Segunda Guerra Mundial a segurança alimentar foi entendida como uma questão de escassez devido à falta de alimento. Os países pobres eram os mais afetados chegando a níveis de insegurança alimentar que decorria de sua produção insuficiente. A chamada revolução verde veio com o propósito de aumentar os níveis de produção de alimentos. As primeiras experiências aconteceram na Índia, porém com resultados negativos como consequências ambientais, sociais e econômicas. Os alimentos estavam contaminados devido ao uso de agrotóxicos e ainda sem reduzir a fome nos países.

Devido à crise de alimentos na década de 70 a revolução verde expandiu para outros países incluindo o Brasil. Teve o aumento da produção, porém o número de famintos continuavam a crescer. O excesso dessa produção passou a ser guardada em estoques, e passaram a ser industrializados e vendidos no mercado sem que houvesse a eliminação da fome, pois, nem todos poderiam comprar. No final da década de 80 e início da década de 90 a noção de acesso a alimentos seguros passou a fazer parte do conceito de segurança alimentar, ou seja, o alimento não podia estar contaminado biologicamente ou quimicamente e deveria ser de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica) deveriam ser produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional.

No final da década de 80 e início da década de 90, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (BURITY et al, 2010 p. 12).

Preservar o direito das gerações futuras como o uso adequado dos recursos naturais são questões de ética que foram incorporadas ao novo conceito. Assim não era uma questão somente de se alimentar, mas também do direito à vida e da satisfação de outras necessidades básicas (ROCHA, 2012).

Já no Brasil, a partir de 1986, os conceitos de Segurança Alimentar aparecem nas políticas públicas e, em 1990, foi realizada a I Conferência Internacional de

Nutrição promovida pela FAO. Com o evento, o conceito de Segurança Alimentar foi ampliando, foram apresentados temas na área biológica, cultura dos alimentos, qualidade sanitária, entre outros, mas sempre relacionado como base familiar e o cuidado com o preparo dos alimentos. Também teve um destaque para o aleitamento materno para os recém-nascidos fazendo com que a SAN tivesse características mais humanas (FAO, 1996).

Em 1992, durante o processo de impeachment do Presidente Collor, o IPEA iniciou uma pesquisa que foi registrada no documento “Mapa da fome”, subsídios a formulação de uma política de SAN. Esse documento foi entregue ao novo presidente Itamar Franco e a todos os ministérios em 18 de março de 1993. O resultado da pesquisa contabilizava a 32 milhões de brasileiros com renda familiar abaixo da linha da pobreza, e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 22 de abril de 1993, para o combate à fome, desnutrição e promoção da segurança alimentar no país (VALENTE, 2005; IPEA, 2014).

Em 1994 houve a I Conferência Nacional de SAN, onde se reuniram mais 2000 mil delegados de todo o País, sendo grande parte da sociedade civil. Na conferência foram registradas as primeiras ideias do conceito de SAN.

Por segurança alimentar entende-se um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegure permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, aos preços em qualidade e quantidades necessárias para que possa atender as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável, bem como os demais direitos da cidadania (CONSEA, 1994, p. 134).

Nesse mesmo evento foi criado um relatório adotado na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. Foi na cúpula que se pactuou o objetivo imediato de reduzir o número de pessoas com insuficiência alimentar, mais tardar até o ano de 2015 (MALUF, 2006). Durante a Cúpula foi definida que a SAN consistia em garantir a todos condições nas quais pudessem ter acesso aos alimentos básicos e seguros, qualitativa e quantitativamente suficientes, de modo que fosse permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (VALENTE, 2002).

Portanto os encaminhamentos tirados na I Cúpula Mundial da Alimentação eram de que os governos se comprometessem para que todas as pessoas tivessem acesso aos alimentos seguros e nutritivos, fazendo com que os indivíduos pudessem ficar longe da fome. Entre os encaminhamentos havia também questões relacionadas às áreas econômicas, na qual os indivíduos deveriam ter uma garantia física e econômica para o acesso a esses alimentos e o valor nutricional adequado. De acordo com a vigilância sanitária e seguindo os padrões da segurança dos alimentos provendo assim uma vida saudável. O modo de produção também foi dialogado na Cúpula, pois os alimentos deveriam ser produzidos atendendo os princípios da sustentabilidade (ROCHA, 2012).

Para avançarmos na compreensão das formas de produção e reprodução da fome é necessário entender quais as condições efetivas das populações de produzirem ou adquirirem o seu próprio alimento. Para tanto é necessário garantir níveis de poder aquisitivo, com direito ao trabalho, acesso à terra, num contexto de políticas de crescimento econômico, combinadas com distribuição adequada da renda e acesso à educação, saúde, saneamento básico, como direitos (ROCHA, 2012, p. 37).

A FAO (1996), portanto, considera estado de insegurança alimentar relacionado à disponibilidade de alimentos, situações oriundas de guerras, escassez de água, falhas na produção agrícola, mudanças climáticas gerando crises de fome. Nesse sentido os programas e as políticas de SAN vêm a contribuir na perspectiva da ampliação dos quadros de programas sociais no intuito de trabalhar as necessidades dos indivíduos, e fazer com que esses tenham acesso aos alimentos, sendo essa uma estratégia Inter setorial e participativa, e contribui de forma significativa para que os indivíduos possam ficar o mais longe possível das crises de fome.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p. 90).

Contudo, pesquisadores têm dedicado seus trabalhos na área da segurança alimentar na perspectiva do acesso, disponibilidade, utilização, estabilidade onde assim fazem levantamentos e apontam várias problemáticas ao tema de SAN. Porém, a Segurança Alimentar tem na sua multidimensionalidade contem aspectos: organizativos, intersectorialidade nas culturas, participação social, como o exercício de implementação e monitoramento do poder público.

Segundo, Almeida Filho e Gomes Junior (2010), na Conferência Mundial da Alimentação (CMA), de 1996, houve o comprometimento dos chefes de Estado e os representantes de governos a realizar esforços permanentes para erradicar a fome nos seus países. Na CMA criou-se a declaração de Roma sobre a segurança alimentar e o plano de ação da Cúpula Mundial da Alimentação, e houve muitos encaminhamentos com objetivos em ter um foco em comum que é a segurança alimentar individual, familiar, regional, nacional e mundial (ROCHA, 2012).

Foi reconhecido na CMA que a pobreza é a principal causa da insegurança alimentar, e as políticas públicas deveriam intervir para resolver esse problema. Os governos participantes da CMA atuando em conjunto com a sociedade civil assumiram o compromisso de implementar o direito à alimentação em sua totalidade e torna-lo de forma crescente pois, era necessário garantir a segurança alimentar a todos (ROCHA, 2012).

Garantir um ambiente político, social econômico, seria a lógica de melhorar as condições e erradicar a pobreza existente, para que se possa ter uma paz duradoura, com a participação de mulheres e homens, e promover que os dois possam ter a segurança alimentar (FAO, 1996). Fomentar as políticas públicas também contribuiria para erradicar a pobreza de todos, para que em todos os momentos se tenha alimentos suficientes, com valores nutricionais adequados e seguros para alimentação e que sua utilização seja efetiva (MALUF, 2007).

Essas frentes foram incorporadas ao conceito de segurança alimentar na CMA (1996), também dando foco a qualidade (física, química, biológica e nutricional), e o direito à informação, uso de recursos de maneira sustentável e a diversidade cultural. Nesse contexto, o nutricional é incorporado à segurança alimentar, e assim é acrescentado conteúdos históricos e culturais. O conceito de SAN ganhou novas dimensões tendo um princípio ético fundamental, pois passou a orientar inserções nos

corpos das constituições, e também passava orientações nas formulações de políticas e ações. O conceito é aceito por grande parte dos países, e é utilizado como ferramenta estrutural para formulação de programas e projeto para a erradicação da fome. Sua estrutura básica é compreendida por quatro componentes centrais: disponibilidade, acesso, estabilidade e consumo (ALMEIDA FILHO; GOMES JUNIOR, 2010).

Beduschi Filho, (2012, p. 14), traz presente a definição tirada da Cúpula Mundial da Alimentação (1996), onde diz que SAN existe “quando todas as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades e preferências alimentares a fim de levar uma vida ativa e saudável”. Para esse autor, essa definição explica o vínculo entre quatro dimensões que seriam a disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, utilização desses alimentos e estabilidade na oferta dos alimentos.

Para os autores Almeida Filho (2010) e Maluf (2007), a segurança alimentar passou por diferentes contextos, ou seja, teve períodos que interpreta a sua definição: o primeiro período foi baseado em sua capacidade produtiva, quando a preocupação de erradicar a fome se submetia somente aos sistemas produtivos. O segundo período era a sua inserção nas políticas para fomentar ações que pudessem erradicar a fome e a miséria. O terceiro período focou no acesso aos alimentos, pois, tinha-se o sistema produtivo com parcerias nas políticas e programas, porém as pessoas tinham dificuldades em acessar os alimentos.

Na América Latina foi a partir de 2003 até 2007 que os países passaram a ter leis específicas de SAN. A Argentina foi o primeiro, em seguida temos Guatemala, Equador e o Brasil com o programa Fome Zero. Países como Bolívia, Peru e Panamá estabeleceram decretos governamentais sobre SAN. Alguns países como Paraguai, México, Panamá, Nicarágua e Haiti ainda tem projetos em andamento. Mesmo incorporando o direito à alimentação, erradicando a fome e a miséria em suas legislações, as ferramentas que vão utilizar e as formas em que vão trabalhar essas questões podem variar de um país para outro, pois estão em diferentes contextos e especificidades (ALMEIDA FILHO; GOMES JUNIOR, 2010).

Nesse contexto as pesquisas que contornam a segurança alimentar desde as diversas áreas e diversas dimensões e realidades, com preocupações na produção de alimentos, do acesso aos alimentos, a estabilidade dos alimentos, e buscar transversalidade, intersetorialidade, participação social equitativa, o respeito a ética, o gênero e a diversidade e valorizando as culturas alimentares (MALUF, 2007). E a pesquisa sobre nutrição onde nos marcos do conhecimento tecnológico desenvolve processos e formulações em diversas variáveis associadas (ALMEIDA FILHO; GOMES JUNIOR, 2010).

Autores dialogam através dos sistemas, conceitos e princípios da segurança Alimentar de forma multidimensional, tornando mais ampla esta temática. Todos esses debates têm como objetivo a denúncia e a procura de alternativas para ampliar o debate e soluções para este problema histórico e atual na escala local, nacional e mundial. O acesso aos alimentos é quantidade e qualidade, alimento suficientes e com valores nutricionais.

Publicações de SAN na base de dados SciELO na América Latina e Caribe

O tema da SAN tem sido difundido por várias revistas científicas registradas nas bases de dados científicos, mas também por revistas ainda não indexadas, além de um conjunto de livros e de publicações de organizações e de governo. Com o fortalecimento do tema através dos programas sociais, das políticas implementadas, vêm junto a necessidade das comunicações científicas por parte de agentes das universidades, de organizações governamentais e não governamentais.

A atenção neste ponto volta-se para o portal SciELO - Scientific Electronic Library Online ou Biblioteca Científica Eletrônica Online, que abriga as revistas latino-americanas que foram objeto de atenção para a busca de artigos científicos sobre SAN. O SciELO foi um projeto desenvolvido em parceria que nasceu primeiramente no Brasil, em 1997, com funcionamento regular somente em 1998, para cobrir a “indexação, agregação, publicação e interoperabilidade de coleções em acesso aberto de periódicos científicos, publicadas por instituições nacionais dos países ibero americanos e da África do Sul” (PACKER, 2014, p. 15).

A forte presença da rede SciELO está confirmada nos vários sistemas de contagem de acesso aberto como o Ranking Web of Repositories que classificou em primeiro lugar a coleção SciELO Brasil, no ano de 2013, seguindo na América Latina, as coleções Chile, Argentina e Colômbia (AGUILLO, 2014). O projeto tem incorporados a esta rede virtual, 14 países participantes, até 2015, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Peru, Portugal, África do Sul, Uruguai, Venezuela e, em fase de implementação do modelo, o Paraguai.

E para identificar as publicações sobre SAN nesses países, partimos das palavras-chave dos artigos na base de dados.

Termos de indexação nos três idiomas utilizados para busca de artigos em cada país latino-americano da base de dados SciELO, de 1997 - 2015.

<i>Espanhol</i>	<i>Inglês</i>	<i>Português</i>
Hambre	Hunger	Fome
Inocuidad alimentaria	Food and nutrition insecurity	Inocuidade alimentar
Inocuidad de alimentos	Food and nutrition security	Insegurança alimentar
Inocuidad de los alimentos	Food safety and security	Insegurança alimentar e nutricional
Inseguridad alimentaria	Food safety risks analysis	Segurança alimentar
Seguridad alimentaria	Food security	Segurança alimentar e nutricional
Seguridad alimentaria en el hogar	Food security and nutrition	Segurança alimentar sanitária
Seguridad alimentaria nutricional		Segurança de alimentos
Seguridad alimentaria y nutricional		Segurança do alimento
Seguridad alimentaria y soberania alimentaria		Segurança sanitária dos alimentos
Seguridad alimenticia		

Fonte: SciELO, 2015.

O mapa a baixo nos mostra os dados na base SciELO que se referem-se ao número total de artigos científicos, identificamos um total de 516 artigos cujos conteúdos estão baseados na temática da SAN. Quantidade de publicações a partir de 1997, ano em que se iniciou o funcionamento da base de dados SciELO até o mês de setembro do ano de 2015.

Mapa dos países que publicaram e os números de publicações sobre Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe



Fonte: Elaboração própria.

O mapa nos mostra os países e o número de publicações em SAN até setembro de 2015. O Brasil é um dos países que mais tem publicações em artigos relacionados a SAN. As publicações referentes a políticas públicas (principalmente a de transferência de renda responsáveis para tirar as pessoas da extrema pobreza e garantir uma alimentação básica) tem sido consideravelmente um dos principais temas pesquisados no Brasil.

Estudos nos periódicos brasileiros revelam que muitas pesquisas são voltadas a região Nordeste do país, diversas publicações abordam o estudo de caso de familiares, relacionando a condições socioeconômicas e infraestrutura local, o descaso da política nessa região também é significativa no que se refere acesso ao alimento e sua manipulação.

O Brasil é o país que mais se tem publicado, uma hipótese, isso é que Brasil tem uma extensão territorial muito maior que a dos outros países, portanto necessita de mais estudos, considerando que possui mais universidades, portanto, mais pesquisas e tempo de debate. Isso nos leva a outras reflexões e outros questionamentos. Quais são as

barreiras ou dificuldades que fazem os outros países da América Latina terem poucas, ou nenhuma publicação na temática de SAN? Quais seriam as burocracias encontradas para que deixem de ocorrer as publicações? Ou simplesmente há pouca importância em produzir artigos e publicá-los em periódicos relacionados a SAN?

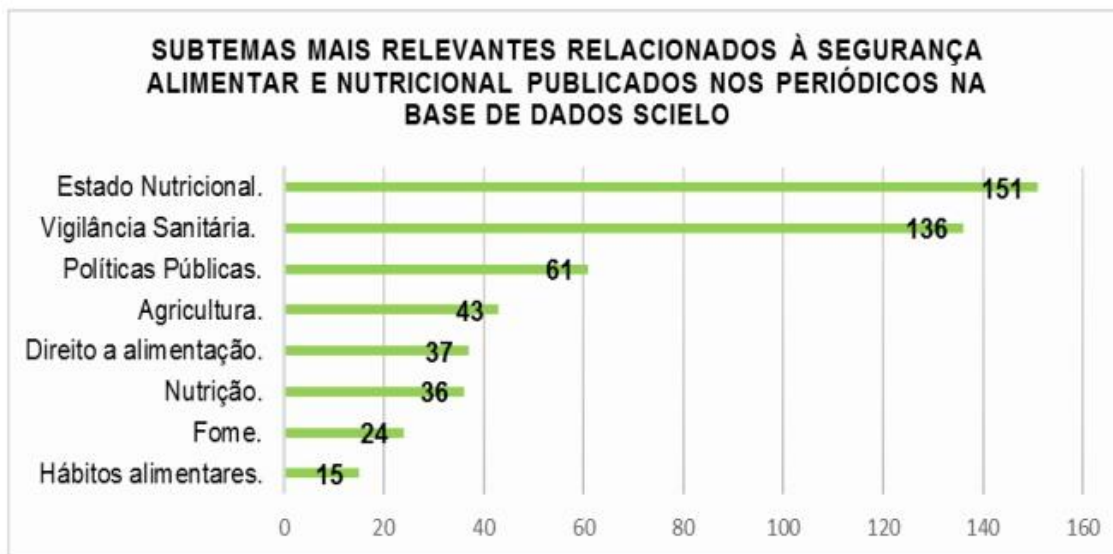
Uma observação é que vários artigos não são dos respectivos países, ou seja, estudos aconteceram em um país e foi publicado em outro país. Como exemplo podemos citar estudos colombianos sendo publicados em periódicos brasileiros. Com isso concluímos que nem todas as publicações correspondem especificamente ao seu país de pesquisa.

Ao tratar do tema da alimentação, as pesquisas relacionadas à SAN, as áreas predominantes são as ciências da saúde e em segundo lugar são de ciências humanas. Estes dados levantados na pesquisa de Prado et al. (2010), pesquisa entre 2000 a 2005, no nível nacional e não muito distante das linhas de pesquisa da de ciências agrária. Em suas pesquisas colocam a SAN sendo pesquisadas pelas áreas da geografia e a sociologia, e são os que mencionam SAN no Brasil. Nesses campos, “alimentação é entendida como espaço das relações econômicas, culturais e sociais construídas ao longo da história entre o homem e o alimento”, e “incrementar as buscas por respostas mais amplas para os problemas relativos acesso ao alimento, às carências nutricionais, à fome, valorizando as práticas saudáveis no campo da alimentação, respeitados seus constituintes culturais” (2010, p. 14-16). Estas colocações em grande medida não ficam longe do arranjo de pesquisas publicadas nas bases de dados, como a de SciELO, como explicaremos melhor a seguir.

Subtemas de SAN mais frequentes

A produção científica com subtemas relacionados à SAN tende a contribuir com métodos, ideias, processos, técnicas, avanços através das pesquisas. Essas pesquisas são apresentadas ao público com intuito de dar propostas e resultados em diversas áreas do conhecimento para avançar em futuros desafios. O total de artigos encontrados na base SciELO foram de 516, porém 13 artigos não estavam ligados diretamente a esses subtemas. Os subtemas são: estado nutricional, vigilância sanitária, políticas públicas, agricultura, direito à alimentação, nutrição, fome e hábitos alimentares.

A pesquisa nos mostrou que de todos os periódicos encontrados relacionados a temática de SAN até setembro de 2015 tratam o estado nutricional com maior importância na América Latina. Esses dados estão no contexto geral das publicações, como mostramos no gráfico a seguir



Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar os artigos que tem o subtema “estado nutricional” nos deparamos com o autor trabalhando com distúrbios ou carências nutricionais desencadeando obesidade, sobrepeso, desnutrição, antropometria, condições físicas, doenças crônicas, saúde da família. Também se relaciona a crianças, gestantes, idosos, recém-nascidos. A vigilância Sanitária se relaciona com a saúde no sentido da fiscalização e ingestão de alimentos seguros, onde alimentos são produzidos e comercializados muitas vezes de forma inadequada.

Nos artigos a “vigilância sanitária” está relacionada com os cuidados com os alimentos, os de origem animal e vegetal, controle de qualidade, qualificação profissional, boas práticas na manipulação dos alimentos, rastreamentos, parasitas e bactérias, alimentos seguros, o processamento, a inspeção, a qualidade, a higiene, a certificação e a segurança alimentar foram algumas das prioridades trabalhadas nos artigos de temática SAN.

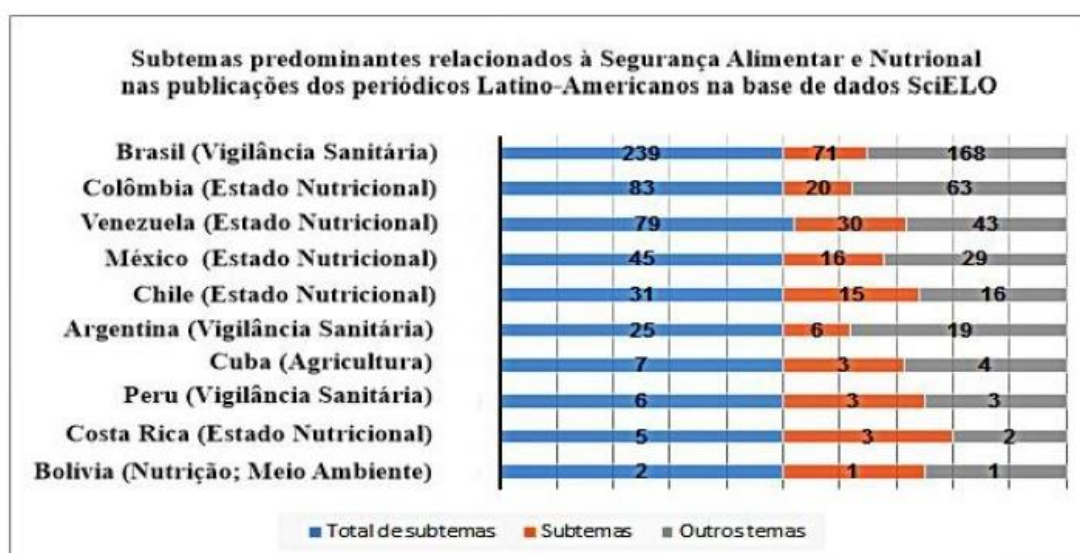
O subtema de “políticas públicas” referentes a SAN vem ganhando destaque nas publicações, seu estudo é fundamentação para que possa tirar o indivíduo da extrema pobreza e de dar condições necessárias para ter no mínimo uma alimentação básica, de qualidade, quantidade suficientes e seguros de modo que seja permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades. Esse subtema está relacionado a melhorias, análises, comparações entre uma política e outra. Essas políticas também contribuem com o próximo subtema que é agricultura, principalmente no que se refere a produção de alimentos.

Artigos com o subtema “agricultura” enfatizam a produção de alimentos, pois precisa produzir para alimentar as pessoas, e aí temos os dois tipos de produzir alimentos no campo, esse são referentes a agroecologia e o agronegócio. Os artigos analisados apontam a importância da agroecologia para uma alimentação saudável. O “direito à alimentação” também é trabalhado nos artigos e é um subtema que analisa a pobreza, as dificuldades no acesso ao alimento, o direito humano à alimentação, com diferentes localidades da América Latina onde seu acesso é comprometido por diversos fatores, como clima, relevo, infraestruturas locais.

Artigos referentes a “nutrição” se destaca quando se trabalha os nutrientes, ingestão calórica, necessidades corporais. Alguns artigos trabalham a nutrição relacionando a não ingestão de determinados nutrientes como Insegurança alimentar trazendo danos futuros. Também relacionamos os artigos ligados a esse subtema quando se refere a alguma cultura com qualidades especiais em nutrientes, como por exemplo uma espécie de milho andino, que só se encontra nos Andes. Essa cultura, e outras 57 culturas de diferentes países, contem nutrientes com características fundamentais para o indivíduo ingerir e ter as condições calóricas adequadas no seu dia a dia.

Contudo, os artigos quando se refere a “fome” trazem presente a importância dos trabalhos de Josué de Castro, em alguns casos fazem levantamentos de dados e comparações de um lugar para outro. Os estudos em grande parte estão ligados diretamente a condições socioeconômicas, administração pública ruim, escassez de um tipo de alimento em uma determinada comunidade, pobreza e valores sociais.

Por último, temos o subtema “hábitos alimentares”, que está relacionado com costumes e cultura alimentar e modo de comer de uma pessoa ou comunidade, trabalhado bastante pela antropologia e o consumo de alimentos de uma determinada comunidade, a identidade, a população rural. O gráfico que segue apresenta o tema de maior nos respectivos países.



Fonte: Elaboração própria.

Todos os países apresentados no gráfico têm seu subtema de destaque, ou seja, a partir das análises, o gráfico aponta que países como Brasil, Argentina e Peru, as publicações estão voltadas para o subtema “vigilância sanitária”, no caso de países como Colômbia, Venezuela, México, Chile, Costa Rica as publicações são voltadas ao “estado nutricional”. Em Cuba, o subtema predominante é “agricultura” e no país Bolívia é “nutrição e meio ambiente”.

O estado nutricional é o subtema mais publicado, pois aparece em cinco países. No caso brasileiro o subtema mais pesquisado é vigilância sanitária, mas não significa que o estado nutricional e outros subtemas sejam menos importante.

Considerações

A fome é um problema social histórico e as pesquisas do tema feitas há décadas atrás aparentemente vem sendo poucas. Na América Latina, os estudos iniciais de Josué de Castro são relevantes para a realidade brasileira e do continente, em estudos dos elementos estruturais que condicionam a persistência do problema da fome e desnutrição.

O termo “alimentação” é um espaço que deve ser mais explorado dentro de nossas sociedades, como realidade dramática que tem sido puxada nas políticas e programas governamentais. A terminologia de SAN teria aportado ao debate mais institucional e como espaço de atuação nas populações mais desfavorecidas com fome e malnutridas. Porém, não suficiente! ainda se tem muito a fazer para que a sociedade Latino-Americana possa disfrutar de uma alimentação com qualidade! (Acesso, quantidade, qualidade de alimentos e que possa ser contínuo).

Quando falamos em SAN, como espaço de pesquisa encontramos controvérsias que é um processo histórico conturbado do exercício estatal, onde esse fortalece os mercados de alimentos, e, portanto, favorece a concentração da terra e indo na contramão da reforma agrária. Porém, no campo da saúde, traz elementos a ser constatados de doenças como resultado dessa lógica de produção de alimentos com uso de agrotóxico e a alimentação através de Fast-food, por exemplo.

A quantidade de alimento produzido pelo agronegócio onde dizem que vão acabar com a fome no mundo é uma farsa, na verdade não contribui com nenhum valor nutricional para as pessoas, mata as pessoas aos poucos, pois, temos o aumento do caso de câncer que está associado ao aumento dos agrotóxicos nos alimentos, de produção em alta escala segue expulsando os camponeses de suas propriedades e cada vez mais temos pessoas passando fome e outros desnutridos e subnutridos.

Ao fazer estas colocações e os dados de publicações identificadas na base de dados SciELO, ajuda a uma melhor aproximação do tema e o interesse no âmbito de pesquisas na América Latina. A SAN está sendo estudada com perspectivas diferentes e desde singularidades das estruturas dos países, e em uma amplitude de demanda de alimentos produzidos, controle da produção, comercialização dos alimentos, os valores de mercado, exercício estatal e consequências na saúde. Na base de dados SciELO são consultados estudos de diversas áreas do conhecimento, sendo a área de ciências humanas a que mais tem avançado em relação as pesquisas, porém, ficaria muito mais minucioso o trabalho identificar explicitamente quais seriam essas áreas.

As publicações identificadas para este trabalho, chamam a atenção na relevância do tema que considerada o levantamento bibliográfico significativo para futuras pesquisas. As publicações identificadas, e com maior ênfase em números no Brasil e a frequência de subtemas em cada país, podem futuramente contribuir em estudos no intuito de dar alternativas a problemas relacionados a alimentação.

O número das publicações na base de dados SciELO, e dos pesquisadores que tem inserido estudos sobre alguns países da América Latina e o Caribe, é uma espécie de diagnóstico de uma série de preocupações locais e de problemáticas comuns: problemas de estrutura social sob a lógica colonial na que nossos países têm sido conformados como Estados-Nação, e formas descolonizadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O que é fome. São Paulo: Brasiliense, 1991.

AGUILLO, I.F. Análise comparativa dos principais portais ibero-americanos de periódicos científicos: construção de Indicadores Webométricos para o SciELO. In: PACKER, A.L. E cols (Orgs). SciELO - 15 anos de acesso aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. Paris: UNESCO, 2014.

ALMEIDA FILHO, N.; GOMES JUNIOR, N. N. Segurança Alimentar e Nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. In: RAMOS, P. Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas: Alínea, 2010.

BEDUSCHI FILHO, L. C. Tendências e perspectivas dos programas de segurança alimentar e nutricional nos territórios rurais da América Latina: reflexões a partir da sistematização de projetos e políticas públicas. Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Revista Faz Ciência, v. 14, n 19, 2012.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: Saúde social. São Paulo, v. 12, n. 1. Jun. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Manual de Atendimento da Criança com Desnutrição Grave em Nível Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_desnutricao_crianças.pdf> Acesso em: 18 ago. 2017. 20

BURITY, V. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional / Valéria Burity ... [et al.]. - Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

CASTRO, J. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. CASTRO, J. Geopolítica da Fome. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

CASTRO, J. Geopolítica da Fome. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

CHONCHOL, J. O desafio alimentar. A fome no mundo. São Paulo: Marco Zero, 1987.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final. Brasília, 1994

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

FAO. Cumbre Mundial sobre la Alimentación, 1996. Plan de Acción de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación. In: Declaración de Roma sobre la Seguridad Alimentaria Mundial y Plan de Acción de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación; Cumbre Mundial sobre la Alimentación, 13-17 de noviembre de 1996, Roma (Italia). Roma, FAO. 43 p

HIRAI, W. G. Segurança Alimentar em tempos de (in) sustentabilidades produzidas. São Paulo: Paco Editorial, 2011.

IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório nacional de acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2014.

MAGALHÃES, R. Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro. FIO CRUZ, 1997.

MALUF, R. S. J. Segurança Alimentar e Fome no Brasil: 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Ceresan, Relatórios Técnicos, n. 2, 2006.

MALUF, R. S. J. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis: vozes, 2007.

MANIGLIA, E. As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009.

PACKER, A.L. e cols (Orgs). SciELO - 15 anos de acesso aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. Paris: UNESCO, 2014.

PRADO, S. D. et al. A pesquisa sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil de 2000 a 2005: tendências e desafios. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, p. 7-18, 2010.

ROCHA, B. M. Políticas de Segurança Alimentar Nutricional: e a sua inserção ao sistema único de assistência social. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SAWAYA, A. L. Desnutrição: consequências em longo prazo e efeitos da recuperação nutricional. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 58, 2006. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/ea/v20n58/14.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

VALENTE, F. L. S. A política de insegurança alimentar e nutricional no Brasil de 1995 a 2002. Publicação eletrônica: 2005

VALENTE, F. L. S.; Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos - Revista, Saúde e Sociedade. 2002.